

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_\_, de 2019.  
(Dos Senhores Bohn Gass e Rogério Correia)

Susta os efeitos do Decreto nº 9.998 de 03 de setembro de 2019, que dispõe sobre a qualificação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - Este Decreto susta os efeitos do Decreto nº 9.998 de 03 de setembro de 2019, que dispõe sobre a qualificação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O Decreto nº 9.998, publicado no dia 03 de setembro de 2019, que inclui a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização, coloca em risco a condição de mobilidade dos usuários que utilizam os serviços desta empresa pública, como na grande maioria das cidades que dispõem deste importante modal de transporte de massas, seu custo é subsidiado pelo estado.

A mobilidade urbana nas grandes cidades do Brasil está entrando em colapso, afetando o direito de ir e vir das pessoas, que perdem horas no caótico trânsito. Além disso, o trabalhador investe grande parte do seu orçamento para se locomover para o trabalho.

Sabemos que apenas com a arrecadação obtida pelo sistema não será possível melhorar a qualidade. São necessários investimentos do governo e subsídios para o transporte público. Essa necessidade se agrava porque os congestionamentos tem um grande impacto negativo, reduzindo a velocidade dos ônibus e exigindo o aumento da frota para o transporte das pessoas. Isso significa um aumento do custo de operação e por consequência o aumento da tarifa.

A dificuldade na mobilidade prejudica a todos, os congestionamentos provocam o aumento do consumo de combustíveis e o aumento da emissão de poluentes na atmosfera, prejudicando ainda mais a qualidade do ar nas cidades, provocado por ônibus e automóveis, afetando também a saúde da população. Isso quer dizer que o custo total dos congestionamentos, de tempo e energia perdido, do impacto na saúde da população é da ordem de bilhões de reais por ano.

Portanto, o modal metroviário/ferroviário precisa ser ampliado e a presença do estado é fundamental para garantir que os investimentos sejam feitos, para garantir os recursos necessários e ainda evitar que as tarifas fiquem inacessíveis aos usuários. Transferir a iniciativa privada significa aumento nas tarifas e o não investimento na ampliação da malha metroviária nas cidades, ou se ocorrer será a custa do estado que bancará estes investimentos, neste caso entendemos que o estado deve continuar na gestão da empresa e garantir a melhoria na mobilidade de nossas cidades.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2019.

Bohn Gass  
Deputado PT/RS

Rogério Correia  
Deputado PT/MG